

## Blufin Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

(Em Constituição)

### Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima e Estatuto Social

**Data, hora e local:** 26/08/2022, às 14:00 horas na sede social, localizada na Rua Vigário João José Rodrigues, nº 97, Anexo I, Sala II, Bairro Centro, na cidade de Jundiá, estado de São Paulo, CEP 13.201-001.

**Presença de Acionistas:** A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia em organização, devidamente qualificados no Boletim de Subscrição, que constitui 100% do Capital Social votante, a saber: Guilherme Leite Alves da Costa e Eduardo Leite Alves da Costa. **Composição da mesa:** Presidente Sr. Guilherme Leite Alves da Costa, Secretário Eduardo Leite Alves da Costa. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. **Ordem do Dia e Deliberações:** A Senhora Presidente declarou instalada a Assembleia de Constituição da Sociedade, Blufin Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. e, por unanimidade de voto e sem quaisquer restrições foi deliberado: 1) Leitura e aprovação da minuta do Estatuto Social - Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente solicitou a mim que procedesse a leitura da minuta do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, o Senhor Presidente da mesa submeteu-a à discussão e votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da Blufin Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., a ter a redação estabelecida no anexo I a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. 2) Boletins de Subscrição das Ações - Foi aprovada a subscrição do Capital Social da Companhia, nos seguintes termos: Boletim de Subscrição I - a) Nome: Guilherme Leite Alves da Costa, brasileiro, natural de São Paulo, estado de São Paulo, nascido em 14/08/1995, solteiro, empresário, portador do CPF/MF sob o nº 396.032.078-70, e a Carteira de Identidade sob o nº 50.260.916-3 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Balthazar da Veiga, nº 473, apartamento 52, Bairro Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP 04.510-909 e b) Nome: Eduardo Leite Alves da Costa, brasileiro, natural de São Paulo, estado de São Paulo, nascido em 29/07/1990, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do CPF/MF sob o nº 379.385.898-70, e a Carteira de Habilitação sob o nº 04480931780 DETRAN/SP, residente e domiciliado na Avenida Doutor Adilson Rodrigues, nº 2396, apartamento 73, Bloco B, Bairro Jardim das Sambaias, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP 13.211-685. 3) Aprovar o Capital Social inicial de 10.000,00 (dez mil reais) representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Percentual de integralização das ações 100,00% (cem por cento). Distribuição por subscritor: Guilherme Leite Alves da Costa - 70% (setenta por cento) ações; Eduardo Leite Alves da Costa - 30% (trinta por cento) ações. Ações totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 10,00% (dez por cento), tendo sido constatada a realização de depósito em dinheiro, de R\$ 1.000,00 (um mil reais), depositados em conta vinculada no Banco do Bradesco S.A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com o Boletim de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos nº 1 e nº 2, anexos a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. O Saldo remanescente de R\$9.000,00 (nove mil reais), será integralizado em moeda corrente nacional em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data. 4) Eleição dos Membros da Diretoria e definição da remuneração global do Diretor. Os acionistas aprovaram a eleição do Senhor Guilherme Leite Alves da Costa, devidamente já qualificada acima como Diretor Presidente, com mandato até 26/08/2025. 4.1) Aprovar a remuneração global anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para os membros da Diretoria, cuja distribuição será deliberada nos termos do Estatuto Social da Companhia; 4.2) O membro da Diretoria ora eleito aceita o cargo para o qual foi nomeado, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade, e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e toma posse em seu respectivo cargo, nos termos da legislação aplicável, mediante assinatura do Termo de Posse, lavrado em livro próprio. 5) Definição dos periódicos nos quais serão efetuadas as publicações legais - Os acionistas decidiram que as publicações dos atos da Companhia, nos moldes do disposto no art. 289 da Lei nº 6.404/76, serão realizadas em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, que deverá providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). 6) Aprovação do endereço da sede social da Companhia - Os acionistas aprovaram que a sede da Companhia será na Rua Vigário João José Rodrigues, nº 97, Anexo I, Sala II, Bairro Centro, na cidade de Jundiá, estado de São Paulo, CEP 13.201-001. 7) Aprovação da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante - Foi aprovada pelos acionistas a Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante da Companhia, de que trata a Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, e posteriores alterações. Em seguida, foi distribuído o respectivo Termo de Adesão que foi assinado por seu Diretor eleito e presente. **Encerramento:** Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da mesa, depois de observadas as formalidades legais, e não havendo oposição de nenhum dos subscritores, declarou constituída a companhia, deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos, pedindo-me que lavrasse a presente Ata, a qual vai ao final assinado por mim, Guilherme Leite Alves da Costa - Presidente da mesa e Eduardo Leite Alves da Costa - Secretário da mesa, e pelos acionistas fundadores e membro da Diretoria, antes, porém, transcreve-se o estatuto social aprovado no Anexo I. Jundiá, SP, 26 de agosto de 2022. **Guilherme Leite Alves da Costa** - Presidente da Assembleia Geral de Constituição, Diretor Presidente - Acionista Subscritor; **Eduardo Leite Alves da Costa** - Secretário da mesa, Acionista Subscritor. Advogado: - Luiz Antonio Cunha - OAB/PR - 8771. Jucess sob NIRE nº 3530060163-7 em 28/09/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo I - Objeto Social da Blufin Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - Denominação, Objeto Social, Sede e Duração:** Artigo 1º - Blufin Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., (doravante simplesmente referida como "Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto principal a aquisição e securitização de crédito exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos, financiamento e investimento e operações de créditos financeiros na forma da resolução número 2.686 do Banco Central do Brasil e emissão e colocação privada de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios financeiros, e por objeto secundário a atividade de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. Parágrafo Primeiro - A Companhia não poderá, em hipótese alguma, participar do capital de qualquer sociedade bem como conceder fianças ou avais em favor de terceiros quaisquer. Artigo 3º - A Companhia tem sede na Rua Vigário João José Rodrigues, nº 97, Anexo I, Sala II, Bairro Centro, na cidade de Jundiá, estado de São Paulo, CEP 13.201-001, lhe sendo facultada, por deliberação dos Acionistas, abrir outros estabelecimentos, tais como: filiais, agências, sucursais, escritórios ou depósitos em qualquer localidade do país ou do exterior. Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capital Social e Ações:** Artigo 5º - O capital da Sociedade é de R\$10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e parcialmente integralizado. Parágrafo Primeiro - A integralização do capital social da companhia dar-se-á no presente ato conforme boletim de subscrição Anexo II. Os acionistas se comprometem a integralizar em moeda corrente nacional as ações ordinárias nominativas em até 180 dias a contar a data do registro do referido Estatuto. Parágrafo Segundo: Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo Terceiro: A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Parágrafo Quarto: Novas ações de emissão da Companhia poderão adquirir a forma escritural, sendo mantidas em conta depósito, aberta em nome de cada acionista em instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários. **Da Administração:** Artigo 6º - A administração da Companhia compete a Diretoria, que terá as atribuições conferidas por Lei e pelo presente Estatuto Social, estando o Diretor dispensado de oferecer garantia para o exercício de sua função. Parágrafo Primeiro - O membro da Diretoria tomou posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seu respectivo cargo até a posse de seu sucessor. Parágrafo Segundo - Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo, então à Diretoria deliberar sobre a sua distribuição. Ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, o montante global fixado deverá ser dividido igualmente entre os administradores. **Da Diretoria:** Artigo 7º - A Diretoria será composta de 1 (um) membro, acionistas ou não, residente no País, eleito pelos acionistas e por este destituível a qualquer tempo, sendo Diretor Presidente. Parágrafo Primeiro: O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 (três) anos, permitida a recondução, sendo que no período que ocupar o cargo fará jus a pró-labore mensal a ser definido em assembleia. Parágrafo Segundo: O Diretor, findo o prazo de gestão, permanecerá no exercício do respectivo cargo, até a eleição e posse da nova Diretoria. Parágrafo Terceiro: Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, deverá ser convocada Assembleia Geral para nova eleição. Artigo 8º - Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social. Artigo 9º - Compete exclusivamente ao Diretor Presidente. I - Submeter à aprovação da Assembleia Geral os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados. II - coordenar e supervisionar as atividades da Diretoria, convocando e presidindo as suas reuniões; III - formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como, estabelecer os critérios para a execução das liberações da Assembleia Geral; IV - coordenar as atividades das áreas financeiras, tesouraria, controladoria, sistemas de informática e jurídica da sociedade; V - exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia; VI - exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral. Artigo 10º - Compete ao Diretor, exercer as atribuições que a Lei, a Assembleia Geral, e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração e gestão dos negócios e atividades da Companhia, observando o disposto nos demais artigos deste Estatuto Social. Parágrafo Primeiro: A Diretoria poderá praticar atos de alienação e aquisição de bens móveis e imóveis e movimentação financeira de contas bancárias. **Do Conselho Fiscal:** Artigo 11º - A Sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento facultativo e não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal atenderá aos preceitos dos artigos 161 a 165 da Lei 6.404/1976. **Das Assembleias Gerais:** Artigo 12º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente quando convocada, a fim de discutirem assuntos de interesse da Companhia, ou ainda quando as disposições do Estatuto Social ou da legislação vigente exigirem deliberações dos Acionistas, devendo ser convocada: a) por iniciativa do Diretor Presidente, ou pelos Acionistas nos casos previstos em Lei. Parágrafo Primeiro - Todas as convocações deverão indicar a ordem do dia, explicitando, ainda, no caso de reforma estatutária, a matéria objeto. Parágrafo Segundo - A representação do Acionista na Assembleia Geral se dará nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido entregue na sede social da Companhia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário para o qual estiver convocada a Assembleia. Se o instrumento de representação for apresentado fora do prazo de antecedência acima mencionado, este somente será aceito com a concordância do Presidente da Assembleia. Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento. Artigo 13º - É necessária a aprovação de acionistas que representem no mínimo metade do capital social com direito a voto para: a) As matérias listadas no art. 136 da Lei nº 6.404/76; b) Alterações deste Estatuto Social; c) Emissão de bônus de subscrição, a adoção de regime de capital autorizado e de aprovação de planos de opção de compra de ações; d) Emissão de debêntures conversíveis ou não em ações; e) Distribuição de dividendos, em cada exercício, em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da lei; f) Atribuição a terceiros (inclusive administradores e empregados) de participação nos lucros da Companhia; g) Aumento de capital por subscrição, bem como a redução do capital social, para restituição aos acionistas. **Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro:** Artigo 14º - O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, as quais serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. Parágrafo Primeiro - A destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma: I - 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de reserva legal, observado que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social; II - 25% de pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e III - pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovado pela Assembleia Geral. Parágrafo Segundo - O saldo remanescente depois de atendidas as exigências legais terão a destinação determinada pela Assembleia Geral. Artigo 15º - A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os como dividendo mínimo obrigatório. A qualquer tempo durante o exercício social, a Diretoria poderá declarar e pagar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes no último balanço ou balancete levantado pela Companhia. Artigo 16º - Os acordos de acionistas, devidamente registrados na sede da Companhia, que estabeleçam cláusulas e condições em caso de alienação de ações de sua emissão, discipline o direito de preferência na respectiva aquisição ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e pela administração. Parágrafo Único - Os direitos, as obrigações e as responsabilidades resultantes de tais acordos de acionistas serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tenham os mesmos sido devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia ou nos registros mantidos pela instituição depositária das ações e consignados nos certificados de ações, se emitidos, ou nas contas de depósito mantidas em nome dos acionistas junto à instituição depositária das ações. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou o Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, não deverá computar o (s) voto (s) por acionista em contrariedade com os termos de tais acordos. **Da Liquidação:** Artigo 17º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, caso em que competirá à Assembleia Geral nomear o liquidante, bem como fixar a remuneração do mesmo. No período de liquidação da Companhia, a Administração continuará em funcionamento. Artigo 18º - Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como o único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos. O presente estatuto foi aprovado em Assembleia Geral de Constituição, ficando os diretores responsabilizados pelo seu arquivamento na Junta Comercial de São Paulo, e demais órgãos competentes. Jundiá, SP, 26 de agosto de 2022. **Guilherme Leite Alves da Costa** - Presidente da Assembleia Geral de Constituição, Diretor Presidente, Acionista Subscritor; **Eduardo Leite Alves da Costa** - Secretário da mesa, Acionista Subscritor. Advogado: Luiz Antonio Cunha - OAB/PR - 8771.

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2021, que institui a Infraestrutura  
da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa  
Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link  
<https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>